

O reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, no que diz respeito, também, ao direito de exercer determinados ministérios, é uma questão básica de justiça. O facto de a sociedade antiga ter sido patriarcal, não justifica que nós o sejamos também.

Marcelo Barros. Monge beneditino.

o rosto feminino de Deus

No dia doze de maio, ao receber, no Vaticano, novecentas religiosas da União dos Superiores de Congregações Religiosas, o papa disponibilizou-se a responder a algumas perguntas das irmãs. As questões tinham sido enviadas antecipadamente, e numa delas perguntava-se se a hierarquia da Igreja poderia vir a abrir o diaconato às mulheres. O papa respondeu de forma espontânea e simples: “- **Sim. Podemos constituir uma comissão encarregada de estudar esse assunto. Aceito a sugestão e prometo fazer isso mesmo**”. Os dois últimos papas antes de Francisco, haviam posto de lado qualquer possibilidade de abertura sobre este tema. Aquando do jubileu do ano 2000, o cardeal Carlo Martini, arcebispo de Milão, tinha declarado: “**Na história da Igreja, já houve diaconisas. Podemos pensar, pois, nessa possibilidade**”.

Para a Igreja, abrir à mulher a possibilidade de receber um ministério ordenado, é uma mudança mais basilar e importante do que qualquer outra. Atualmente, os pastores da Igreja refletem sobre como atualizar o diálogo com a humanidade, sobre questões de moral sexual. Há quem pense que o ecumenismo - a unidade das Igrejas – constitui o essencial para se alcançar esse objetivo. No entanto, o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, no que diz respeito, também, ao direito de exercer determinados ministérios, é uma questão básica de justiça. O facto de a sociedade antiga ter sido patriarcal, não justifica que nós o sejamos também. Contrariando a cultura discriminadora da sua época, Jesus relacionou-se com homens e mulheres, e tinha um grupo de mulheres que o seguia, juntamente com os apóstolos (Cf. Lc 18, 1 – 3). Na carta aos Gálatas, Paulo escrevia: “**Homens e mulheres, judeus e gregos, todos sois um só em Cristo Jesus**” (Gl 3, 27- 28). Esta abertura de Jesus e do seu primeiro grupo às mulheres, pode ser considerada a semente do movimento pela promoção da mulher em todo o mundo. É por isso importante voltarmos a cultivar esta sensibilidade, e superarmos séculos de discriminação e de desculpas teológicas e bíblicas, para continuarmos a marginalizar a mulher no seio das Igrejas.

O papa vai instituir uma comissão de peritos para estudar os textos do Novo Testamento e dos primeiros séculos do Cristianismo. É certo que as Igrejas antigas tinham diaconisas, mas não se sabe, com clareza, qual a função que elas desempenhavam nas comunidades. Talvez os estudiosos cheguem à conclusão de que as diaconisas se encarregavam de trabalhos

sociais de ajuda aos mais pobres e fracos. No entanto, não se sabe se, para isso, eram ordenadas. Alguns servem-se dessa dúvida como argumento para se oporem, hoje, à ordenação de diaconisas. O que não parece ser um argumento justo, já que também não é claro se, no primeiro século, os próprios homens eram ordenados. Só com o tempo, as comunidades cristãs foram definindo os ministérios e a especificidade de cada um. Como a história não é clara, para sermos justos na pesquisa, é bom ter objetivos claros.

Logo depois de ter aberto esta discussão, o papa Francisco esclareceu que o importante é que o passo a dar não venha clericalizar os serviços que as mulheres já prestam, mas leve a uma valorização real da função da mulher na Igreja. De fato, o estilo dos ministérios, hoje praticados nas Igrejas, assenta numa base evangélica, mas eles foram concebidos e organizados tendo em conta as culturas do mundo antigo. Das religiões do Império Romano, os ministérios cristãos receberam uma auréola de sacralidade, como se, nas comunidades do Evangelho, houvesse cristãos que, devido ao seu ministério, fossem mais sagrados do que outros. Ainda bem que o Concílio Vaticano II retomou, para a Igreja Católica, a valorização do sacerdócio comum de todas as pessoas batizadas. Não conseguiu aprofundar a relação entre os ministérios ordenados e o sacerdócio do batismo, mas deixou bem claro que existe uma profunda conexão entre eles. Infelizmente, até agora, a imagem predominante nas comunidades, ainda é a do padre, homem do sagrado e profissional do culto. Se continuarmos presos a esta perspectiva da Cristandade medieval, a conclusão sobre o diaconato feminino será negativa, e é melhor que o seja. É preciso voltar à simplicidade do evangelho, e à conceção de uma comunidade toda ela ministerial. Então, a ordenação não será apenas um grau de poder. Será, sim, uma bênção para um serviço a cumprir. Então, homens e mulheres, poderão receber uma ordenação que é sacramental, no sentido de visibilizar e valorizar uma missão que já existe na prática, e que, de facto, já é exercida por muitas mulheres, nas suas comunidades. O diaconato feminino revelará, mais ainda, o rosto feminino de Deus, que nos acolhe no seu útero de misericórdia, e nos faz nascer, de novo, para uma vida nova.

MARCELO BARROS, monge beneditino, escritor e teólogo brasileiro.

<http://jornaloporta-voz.blogspot.pt/2016/05/o-rosto-feminino-de-deus.html>

O regresso das diaconisas da Igreja primitiva

“A IGREJA CATÓLICA ANDA DUZENTOS ANOS ATRASADA”, SENTENCIAVA, POUCO ANTES DE MORRER, O CARDEAL MARTINI, ícone da igreja pós-conciliar e da primavera de Francisco, antecipando a sua chegada. Entre os seus temas pendentes, referia o da mulher. Porque, por muito que se queira disfarçar, a mulher é discriminada na Igreja católica. **O papa Francisco sabe e sofre com isso.** Por isso, indo ao encontro das diligências das superiores gerais das religiosas do mundo inteiro, propõe que se constitua uma comissão que estude, a fundo, o tema do diaconato feminino.

A que conclusões poderá chegar esta comissão papal sobre o diaconato das mulheres na Igreja primitiva? O próprio Carlos Maria Martini, um dos mais prestigiados biblistas católicos, ao pedir a revisão do papel da mulher entre os católicos, garantia que “na história da Igreja, houve diaconisas e, portanto, podemos pensar nessa possibilidade”. **Os grandes historiadores da Igreja, e os mais exímios estudiosos do Novo Testamento, coincidem na existência de mulheres diaconisas.**

O próprio São Paulo fala da existência de diaconisas nos primeiros séculos da Igreja. “Recomendo-vos a Febe, nossa irmã, diaconisa da igreja de Cêncreas: recebei-a no Senhor, de um modo digno dos santos, e assisti-a nas actividades em que precisar de vós. Pois também ela tem sido uma protetora para muitos, e para mim pessoalmente” (Rm, 16, 1-2)

Existe documentação comprovativa de, no século III, haver na Síria diaconisas, que ajudavam o sacerdote no batismo por imersão das mulheres. **Fala-se, inclusivamente, no século IV depois de Cristo, do rito de consagração das diaconisas, esclarecendo-se que é distinto do dos homens.** E há muitas outras evidências da presença de diaconisas, tanto na igreja ocidental como na oriental.

O que não nos surge assim tão claramente, é a **idiossincrasia destas diaconisas.** Eram ou não ordenadas? Qual o seu papel no seio da comunidade? Eram diaconisas permanentes, ou meras servidoras dos padres, dedicadas ao ministério da caridade?

Por outras palavras: trata-se de esclarecer bem, se esse diaconato primitivo das mulheres, constituía um primeiro grau do ministério ordenado, - que

prossigue com o presbiterado, e atinge o seu grau máximo no episcopado, - ou um ministério em si mesmo, que não conduzia ao sacerdócio. De facto, a partir do século V, **a Igreja reservou, apenas para os homens, o diaconato como primeiro passo do ministério ordenado.** E também, consequentemente, os outros dois graus: o presbiterado e o episcopado.

Mas há poucos anos, em Setembro de 2001, o então prefeito da Congregação da Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, assinou juntamente com o prefeito do Culto Divino, cardeal Medina, e o prefeito do Clero, cardeal Castrillón, uma carta aprovada por João Paulo II, em que se afirmava, literalmente: “Não é lícito desencadear iniciativas que, duma ou doutra forma, conduzam à preparação de candidatas para a ordem diaconal”.

A decisão do papa Francisco, de estudar o tema das diaconisas, vem abrir uma fenda na doutrina sobre o sacerdócio feminino, considerada, **até agora, completamente encerrada, por João Paulo II**, fenda que, como profetizou Martini “vai suscitar muitas dificuldades”. E não estava enganado.

Como já em 1976 afirmava Karl Rahner, o teólogo católico mais importante dos tempos modernos, “eu sou católico romano, e se a igreja me disser que não ordena mulheres, admito-o por fidelidade. Mas se, para tal, me apresentar cinco razões, todas elas falsas, face à exegese e à teologia, devo protestar. Penso que o magistério que aduz estas falsas razões, ou não acredita no que está a dizer, ou não sabe, ou mente, ou as três coisas ao mesmo tempo. Além disso, a Igreja é infalível em questões de fé e de costumes (morais); e o tema da ordenação das mulheres, não é de fé, nem de costumes morais, mas de pura administração”.

Com a sua histórica decisão, **Francisco aproxima a Igreja católica das outras confissões cristãs**, como a anglicana e a protestante, que, neste assunto, vão muito à frente da Igreja romana. Tanto na igreja anglicana, como em muitas igrejas evangélicas, a mulher, depois de admitida no diaconato, foi subindo os dois degraus do altar que se seguem, e, hoje em dia, muitas mulheres exercem o ministério sacerdotal e episcopal.

Vão sendo derrubados os tabus eclesiais. Vão sendo reparadas injustiças históricas. A Igreja católica inicia, assim, um caminho de penitência para pedir perdão às mulheres, e para as ressarcir da sua bimilenária situação de marginalização dentro da comunidade católica. **Um pecado, um grande pecado.**

José Manuel Vidal

<http://blogs.periodistadigital.com/religion.php/2016/05/12/el-regreso-de-las-diaconisas-de-la-igles>

História da *Partilha Fraterna* na Serra do Pilar (o 5 de dezembro)



MÓVEL DA PARTILHA FRATERNA. “*A mão direita não sabe o que faz a esquerda*” (cf Mt 6,3). Por isso, do dinheiro que ali cai não há contas. Mas, sobre ele, uma pedra por cima.

Ao longo da História tem sido impressionante a capacidade da Igreja de, em tempos adversos, animar e inspirar obras de caridade, suprimindo na maior parte dos casos a inércia e a impossibilidade de resposta da sociedade civil. No entanto, foi só quase no nosso tempo que ela percebeu que era necessário ir às causas da pobreza, mais do que curar-lhe as feridas. Escreveu há anos já a Prof^a Manuela Silva:

“Há um paradoxo que atravessa a relação da Igreja portuguesa com a pobreza: é inegável que ela se preocupa com os pobres e está na primeira linha da ajuda direta aos pobres. Mas enquanto

faz isso, tem um déficit manifesto em tudo o que se refere à denúncia dos processos de empobrecimento, das situações de injustiça na génese da pobreza, e na formação da consciência dos cristãos acerca dos mecanismos da desigualdade e da exclusão”.

Partilhar bens (não só nem principalmente serviços e dinheiro) é uma coisa; ir às causas, outra.

“Uma Igreja que não partilha não responde ainda a toda a exigência da comunhão com Cristo e em Cristo. (...) “[Por isso,] É urgente, cada vez mais, nas nossas comunidades, este espírito de partilha, abrindo-se às necessidades dos irmãos e das outras comunidades mais carenciadas” (Bispos Portugueses – Os cristãos leigos..., 1989, 15).

Isto não quer dizer, no entanto, que a Igreja não deva organizar-se neste campo da partilha de bens, a nível diocesano e nacional. Foi este o espírito que ajudou a nascer entre nós na já longínqua volta dos anos 70 para os 80 o nosso Serviço da Partilha ou Ajuda Fraterna. Deixei-me um dia destes à tarefa de investigar como e quando. A Comunidade tinha nascido nos finais de 1974 e era ainda adolescente. De início não se preocupou com a questão. 4 anos depois, no entanto, estávamos em 1978 (12 de Dez), disse assim na homilia: “Porque é que a nossa Comunidade tem tido sempre dificuldade em refletir e levar à prática a partilha de bens, materiais ou de outra ordem, partilha que é, no entanto, absolutamente indispensável em qualquer Comunidade Cristã?”.

No início da Quaresma seguinte, 1979, distribuiu-se a toda a Comunidade um documento – Reflexão para o tempo da Páscoa – dividido em três partes: A Comunidade Cristã, A vida de Caridade e A Partilha de Bens. Na homilia de 5ª Feira Maior desse ano, assim: “Temos falado muito de Partilha de Bens. Mas percebeis, Irmãos, porque é que sempre defendi que fosse a Eucaristia o lugar único de Partilha de bens materiais? É que Eucaristia e Caridade são inseparáveis na vida da Igreja”. E na Vigília Pascal desse mesmo ano: “Continuamos em mãos com uma reflexão sobre a Caridade Fraterna e a Partilha. E temos de levar à frente esta tarefa. Os grupos que se têm reunido para o efeito continuarão a fazê-lo” (FD 199).

Não foi fácil esta caminhada, a julgar do facto de nos papéis se não encontrarem mais notícias dela. No entanto, em Dezembro desse mesmo ano de 79, publicava-se a primeira de cinco folhas dominicais (226, 227, 228, 233, 444) que, com o mesmo título – “Idosos, reformados e sós” -, noticiavam o movimento que originou a criação de Centro da Convívio da Serra do Pilar. A Comunidade passava aos atos. A par, surgiria uma coisa que levou o nome de “Casos especiais”: “A Comunidade tem sido solicitada em alguns casos inadiáveis, graves e bastante onerosos. ... Propomo-nos, portanto, organizar um serviço de Partilha Fraterna que ... atenda a estas necessidades” (FD 298).

Em Setembro de 1981, dizia-se na abertura duma Assembleia da Comunidade no início do Ano Pastoral: “A comunidade Cristã vive no espírito de partilha de bens, o que tem de verificar-se, antes de mais, no seu interior”. E em 2 de Maio de 1982: “Para as despesas da Comunidade, o dinheiro não chega, temos saldo negativo. Pelo contrário, para a Ajuda Fraterna, tem chegado, embora também só possamos atender a alguns casos mais graves e urgentes”. Nesta altura, estaria, portanto, já estruturado e em funcionamento **o grupo da Partilha Fraterna**. Tanto assim que o **arquitecto Zé Nobre desenhou e Pai Carvalho executou o móvel dito da Partilha Fraterna** que ali está, à entrada da igreja, para ser apresentado à Comunidade no dia **5 de Dezembro de 1982**.

A *Folha dominical* desse dia publicou os desenhos do Zé Nobre e sua interpretação. Em título, [Móvel da] Partilha Fraterna. Só que, nesse 5 de Dezembro, um domingo, ninguém o viu ou olhou para ele: todos os que entravam na igreja eram imediatamente agrididos com a notícia “O Sr. Santos morreu”. Quem era o **Sr. Santos**? No Livro da Vida está escrito assim: **“Ele foi dos primeiros que entre nós se encarregaram deste serviço (PF) comunitário. A grandeza de estatura que inegavelmente tinha entre os Irmãos, homem de coisas essenciais que com elas unicamente se ocupava, ajudou a que, com a discricção que lhe admirávamos (dava-se sempre pela sua falta quando não estava), um Serviço que nascera contestado se tivesse afirmado pela Partilha generosa dos Irmãos”**.

Um ano depois da sua morte, decidiu-se que o 2º domingo do Advento, **em princípio o mais próximo do 5 de Dezembro, o dia da sua morte, fosse, entre nós, o dia da Partilha Fraterna**. Quando, em 2002, o Serviço da Partilha Fraterna se esvaziou de responsáveis houve que, imediatamente, responsabilizar outros, que uma Comunidade Cristã, seja ela qual for, não pode estar sem Partilha Fraterna. Porque Ele anda por aí com fome e com sede, sem abrigo de qualquer espécie, nem de roupa. O Serviço da Partilha Fraterna da Comunidade não dispensa nem a atenção nem a ajuda fraterna efetiva de cada um dos membros da comunidade, onde for preciso, a quem for necessário. Porque a Ajuda Fraterna é uma obrigação da Comunidade, não apenas do citado Serviço.

Em princípio, a Partilha apenas poderá responder melhor a algumas situações concretas e especiais. Mas não funciona como descarga de consciências individuais. Viria depois o Banco Alimentar. Não é fácil e exige muita disponibilidade. E que bem funciona! E sempre a mão esquerda sem saber o que faz a direita (Mt 6,3). Porque estas coisas esquecem e há sempre alguns que o não sabem, digo ainda que todas as contribuições em dinheiro – mesmo o € semanalmente jejuado – destinadas à Ajuda Fraterna, se depositam naquele pequeno móvel que está à entrada da igreja, miniatura de um antigo templo. Hoje é diferente: hoje, até as ofertas a recolher de imediato se destinam à Partilha Fraterna. Em tempo de Advento, convém sempre recordar: Aquele que há de vir é Aquele que já veio, e o mesmo que vem hoje. “Quando, Senhor? Quando te vimos com fome e com sede, e nu e preso, e te atendemos?” (cf Mt 25). Sabemos todos a resposta.

Homilia na Serra do Pilar, 2011.12.04, 1º domingo do Advento

as empresas não devem existir para ganhar dinheiro, mas para servir

Foi este o pensamento subjacente ao discurso que, no dia 16 Novembro, o **Papa Francisco** dirigiu aos participantes na **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPRESÁRIOS CATÓLICOS**, reunidos em Roma, esta semana.

Francisco advertiu contra três riscos que minam a actividade empresarial e, de modo geral, a actividade económica e financeira: o risco de usar bem o dinheiro, o risco da honestidade e o risco da fraternidade.

Respiço algumas passagens deste discurso que pode ser lido na íntegra [aqui](http://w2.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161117_conferenza-uniapac.html) [http://w2.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161117_conferenza-uniapac.html].

Quanto ao risco de usar bem o dinheiro

O dinheiro é só um instrumento técnico de intermediação, de comparação de valores e direitos, de cumprimento das obrigações e de poupança. Como qualquer técnica, o dinheiro não tem um valor neutro, mas adquire valor em função da finalidade e das circunstâncias em que se usa. Quando se afirma a neutralidade do dinheiro, está a cair-se no seu poder.

(...) é urgente recuperar o significado social da actividade financeira e bancária, com a melhor inteligência e inventividade dos empresários. Isto significa assumir o risco de complicar a vida, devendo renunciar a certos lucros económicos.

Quanto ao segundo risco, a honestidade.

Francisco denuncia a corrupção, considerando-a como a pior praga social:

- *É a destruição do tecido social sob a capa do cumprimento da lei.*
- *É a lei da selva mascarada de aparente racionalidade social.*
- *É o engano e a exploração dos mais fracos ou menos informados.*
- *É o egoísmo mais grosseiro, escondido atrás de uma aparente generosidade.*
- *É uma fraude à democracia e abre as portas a outros males terríveis como a droga, a prostituição e o tráfico de pessoas, a escravidão, o comércio de órgãos, o tráfico de armas, e assim por diante.*
- *A corrupção é tornar-se seguidor do diabo, pai da mentira.*

Quanto ao terceiro risco, a fraternidade.

A atividade empresarial deve incluir sempre o elemento da gratuidade. As relações de justiça entre dirigentes e trabalhadores devem ser respeitadas e exigidas de todas as partes; mas, ao mesmo tempo, a empresa é uma comunidade de trabalho em que todos merecem respeito e apreço fraterno da parte dos superiores, colegas e subalternos.

<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#inbox/15879080d543d6d3> (18-11-2016)